

TRADUÇÃO E HERMENÊUTICA¹

Inês Oseki-Depré

Universidade de Provence, Marseille, França

Tradução de Adriana Almeida Colares¹

¹Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Resumo: A palavra “hermenêutica” pode fazer referência tanto à prática (em que o tradutor é um intérprete) e, de acordo com a definição de George Steiner e Antoine Berman, quanto à crítica de tradução. O objetivo desse artigo é esclarecer essa definição. De acordo com o que Antoine Berman apresenta, a hermenêutica em seu sentido clássico legitima as traduções etnocêntricas. Praticada desde a Antiguidade até o Período Medieval, essa visão clássica da hermenêutica (também endossada por filósofos como Paul de Man), sugere que o significado do texto existe além do seu suporte material. De modo inverso, de acordo com George Steiner, a tradução é um “caminho hermenêutico” que deve considerar cada aspecto do texto além das considerações morais, históricas e contextuais. Para se produzir um texto equivalente na língua alvo, a tradução – concebida tanto como prática, como crítica – deve considerar todos os aspectos que fazem um texto único, como prosódia, gramática e estilo. Desse ponto de vista, a hermenêutica se revela como uma *poética* da tradução.

Palavras-chave: Estudos da Tradução; Tradução; Hermenêutica

TRANSLATION AND HERMENEUTICS

Abstract: The word “hermeneutics” can refer to translation both as a practice (where the translator is an interpreter) and, according to George

¹ Tradução do artigo “Traduction et Hermeneutique”, publicado no livro *Traduction et Hermeneutique*, em 2009, pela editora ZETAbooks, em Bucareste, organizado por Larisa Cercel.



Steiner's and Antoine Berman's definition, as a critique of translation. The aim of this paper is to clarify this definition. As Antoine Berman puts it, hermeneutics in its classic sense legitimates ethnocentric translations. Practiced from Antiquity to the Middle Ages, this classic view of hermeneutics (also endorsed by philosophers such as Paul de Man), suggests that the signification of the text exists beyond its material support. Conversely, according to George Steiner, translation is a "hermeneutic path" that has to take into account every aspect of the text beyond moral, historical and contextual considerations. In order to produce an equivalent text in the target language, translation – conceived both as practice and critique – has to take into account all the aspects that make a text unique such as prosody, grammar and style. From this point of view, hermeneutics reveals itself as a poetic of translation.

Keywords: Translation Studies; Translation; Hermeneutics

Quando se associa esses dois termos, duas ideias se apresentam. A tradução é uma operação hermenêutica, mas a teoria da tradução é igualmente uma operação hermenêutica. Na crítica, os dois níveis se confundem constantemente, mesmo que a primeira (a tradução), advenha em geral de um processo individual que pode ou não ser explicitado depois de feito.

1. A tradução é uma operação hermenêutica

Em sua obra *Autour de la tâche du traducteur*, sobre a diferença entre sentido e conotação, Paul de Man acrescenta uma terceira área à hermenêutica: a literatura.

Quando se faz hermenêutica, está se tratando do sentido da obra; quando se faz poética, está se tratando de estilística ou descrevendo a forma de significar de uma obra. A questão é saber se essas duas abordagens são complementares, se é possível perceber a obra como um todo fazendo, ao mesmo tempo, hermenêutica e poética. A experiência mostra que não é o caso². (De Man 33).

² (n. t.) As traduções dos trechos das obras citadas no artigo são todas nossas, até

E acrescenta: “Os problemas de significação exigem tanto que é impossível se fazer hermenêutica e poética ao mesmo tempo.” (De Man 33).

Em outros termos, deve-se escolher um ou outro.

Mesmo que Paul de Man esteja fazendo aqui alusão ao aspecto metacrítico da hermenêutica, seria interessante analisar seu propósito à luz de outros escritos e de verificar se essa dicotomia não advém da antiga oposição entre “conteúdo” e “forma”.

Assim, no prefácio a sua tradução dos *Discursos de Demóstenes e de Esquino*, Cícero aparece como o primeiro autor a definir a tradução como uma operação relacionada com o sentido. Ao dizer que sua tradução é um trabalho de *auctor* e não de simples *interpres*, ele justifica uma tradução conforme aos “hábitos da língua” de chegada (a língua latina), o importante para o leitor é “oferecer-lhe não a mesma quantidade, mas por assim dizer o mesmo peso (*Non enim adnumerare sed tanquam adpendere*)” (Cícero 111). Na verdade, para Cícero, traduzir como autor supõe afastar-se do original na busca por uma boa tradução na língua de chegada. A questão do sentido não fica explicitada, apenas sugerida.

Mais tarde, Hieronymus (347-420 d.C.), o tradutor da *Vulgata* latina, manifestará o mesmo propósito de forma bem mais detalhada, mais clara. À tradução do *interpres*, corresponde a prática do palavra por palavra (inconveniente); à tradução do *auctor*, uma certa liberdade e nesse caso, traduzir, como ele fará com os textos profanos (não religiosos), deve se fazer “*non verbum de verbo, sed sensum exprimere de sensu*” (Larbaud 48). A distinção feita por Hieronymus é amplamente justificável pelo fato que a tradução literal normalmente produz «um som obscuro», o que não se saberia contradizer. A única alternativa contra essa escuridão defendida pelo tradutor dos tradutores, é de traduzir o sentido.

Essas afirmações prevaleceram durante séculos, a tradução indo cada vez mais em direção à interpretação do “conteúdo”, do significado, do que o texto está *querendo dizer* mais do que ele real-

mesmo das que já existem tradução para o português.

mente *disse*, ao ponto de que a tarefa do tradutor consistiu e ainda consiste em mostrar que ele entendeu o sentido do texto. A única forma de fazer foi e continua sendo a tradução voltada para os hábitos da língua de chegada (alvo), como preconizou Cícero.

Na França ou em outras partes, a tradução tornou-se o que Antoine Berman qualifica como etnocêntrica, o tradutor tendo como dever não deixar ambiguidades em seu texto, se exime da superinterpretar o original. Mas para o tradutor, a tradução do sentido advém inteiramente de uma operação hermenêutica, de interpretação do sentido, até mesmo dos símbolos.

2. O comentário hermenêutico da tradução

Foi contra essa prática que Antoine Berman inaugurou uma área de estudos, a tradutologia, de acordo com a qual as traduções são analisadas em função de um outro critério, que ele chama igualmente de hermenêutica. Suas referências são Gadamer, Benjamin, Heidegger e Steiner, seu olhar é antes de tudo ético: “a essência da tradução é de ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentramento” (Berman (A) 16).

Se fundamentando nos textos de Walter Benjamin e dos românticos alemães como Schleiermacher ou Herder, Antoine Berman exalta a tradução como a abertura ao Outro, o que leva a um paradoxo: ao mesmo tempo o abandono de sua língua materna (portanto da língua de chegada) e a fidelidade à língua materna da qual é necessário alargar as fronteiras e enriquecer através desse aporte do estrangeiro.

Para o filósofo trata-se, portanto, de fazer uma crítica (não no sentido kantiano) das traduções ligadas ao assunto, isto é, estudar a posição da tradução na constituição do pensamento *onde se manifesta o sujeito*. Por essa razão, Antoine Berman se opõe à crítica poética, como é praticada por Henri Meschonnic e à crítica sociológica, que tem suas origens em Even Zohar e Gidéon Toury da escola de Tel-Aviv, fundadores dos *Translation Studies*.

A tradutologia bermaniana tem, portanto, o objetivo de proceder a uma análise comparativa da tradução e do original. Dessa forma, uma análise prévia é necessária na medida em que ela permite identificar no texto as zonas problemáticas, assim como suas características estilísticas, prosódicas, suas palavras-chave. Para o tradutólogo, trata-se de fazer um trajeto analítico.

Essa abordagem não exclui o interesse pelo tradutor, ou ainda pelo sujeito da tradução a exemplo de Steiner ou, anteriormente, Walter Benjamin. Trata-se de se perguntar sobre sua identidade, sua posição tradutória, sobre o compromisso entre a maneira pela qual esse tradutor percebe, enquanto sujeito tomado pela *Übersetzungstrich* (Schlegel), seu projeto de tradução e seu horizonte tradutório. Como o tradutor “se posiciona” face à tradução sem incorrer em perigos como “a disformidade camaleonesca, a liberdade caprichosa e a tentação do apagamento” (Berman (B) 75). Qual é sua posição enquanto *ser-em-línguas*: uma posição de autonomia ou de heteronomia, qual é sua ligação à exigência do original.

O último aspecto a examinar na tradutologia é, evidentemente, a recepção da tradução, que abrange a análise dos propósitos do tradutor, de seu projeto tradutório (dedutível da tradução), mas também dos posicionamentos críticos, de tudo veiculado na imprensa sobre ela. Antoine Berman considera também a ideia benjaminiana da transformação do original na história. A teoria de Hans Robert Jauss lhe permite analisar os fatores que constituem o horizonte de expectativas do tradutor (estado da literatura, estado da cultura, a época, as relações com as normas, o estado da crítica...).

Antoine Berman, incontestavelmente, promoveu a ascensão de uma tradutologia rica, bem fundada, completa em seus objetivos e métodos. Entretanto, o problema que sua abordagem encontra se situa em sua visão hermenêutica.

A alteridade, a estranheza evidenciadas por esse olhar hermenêutico, e em suma, ético, levam na verdade o crítico a privilegiar um dos aspectos do texto traduzido, o que advém de uma interpretação não mais física, e sim metafísica. As análises do poema de John Donne continuam, nesse sentido, um pouco

insatisfatórias, na medida em que, apesar de todas as precauções teóricas e metodológicas tomadas, Antoine Berman privilegia a versão que ele julga conforme a intenção de Donne, a versão mais “elevada” (crístã?), que se verifica ser a menos sonora e da qual os aspectos eróticos são mais discretos. Outra observação que poderia ser feita a Antoine Berman, o que não retira em nada de sua contribuição indiscutível à tradutologia, é a de privilegiar a “re-tradução”, como teria feito Walter Benjamin. Por isso, as ideias defendidas pelo filósofo alemão, sempre aporéticas, suscitariam tal pensamento: já que traduzir é essencial para a obra de arte, jamais haverá tradução definitiva da qual a grandeza seria comparável a do original. Assim, poderia-se deduzir uma certa idealização do original do qual a tradução menos ruim seria a tradução “literal”, o que não é, na realidade, a ideia defendida por Benjamin³. Dessa forma, parece-nos que por muito tentar entender cada tradução, Antoine Berman acaba por finalmente escolher uma outra solução, a retradução⁴.

3. Entre hermenêutica e poética

Seria igualmente interessante examinar as posições tomadas por Henri Meschonnic que, adotando a posição ética benjaminiana em favor do “descentramento” dos tradutores, procede com análises e traduções a fim de evidenciar poética e não hermenêutica.

Então se Antoine Berman se opõe aos *Translation Studies* porque seus estudos, sistemáticos, não privilegiam o texto literário, e sim se interessam por todos os tipos de textos, o filósofo igualmente continua a se distinguir de Henri Meschonnic, menos pela

³ Na verdade, quando Walter Benjamin considera Hölderlin como o maior tradutor de todos os tempos, não é em nome de uma literariedade de *interpretes* que ele teria praticado, mas de algo bem maior (ver Benjamin 1971).

⁴ É natural que todos os textos sejam chamados a uma retradução por razões históricas (mudança de cânone, etc). O que queremos destacar é que somente essa perspectiva evita uma escolha qualitativa, pontual.

orientação de seus trabalhos – alguns dos quais o inspiraram – do que pelo caráter polêmico de sua abordagem. Uma outra razão que os opõe é a reivindicação de Henri Meschonnic que considera a poética como uma parte da linguística.

Em vista disso há de se considerar que para este último, só a poética é capaz de fornecer ferramentas críticas que permitem pensar a tradução considerada como uma ligação à alteridade na literatura. Todavia, essa alteridade se verifica na oralidade e conseqüentemente no ritmo, que é a base de suas análises e de suas traduções poéticas.

Meschonnic rejeita o termo tradutologia empregado por Antoine Berman na medida em que esse termo supõe uma ciência do traduzir, mas ele rejeita sobretudo a tradução e o pensamento do traduzir como uma hermenêutica, centrada na significação que se distanciaria da forma literária. Meschonnic nos acrescenta sobre isso que toda reflexão sobre o sentido supõe a separação entre significado e forma. Assim, a tradução deve ser considerada ao mesmo nível que a escrita, enquanto discurso e nunca como operação língua à língua e menos ainda em relação à significação dos textos.

O paradoxo é que finalmente, tanto Antoine Berman quanto Henri Meschonnic parecem se opor a uma interpretação unívoca do texto de Benjamin (Oseki-Dépré), para quem, lembramos, a tradução é uma forma, e, se de fato o filósofo alemão evoca a questão como sendo linguística, não parece que ele opõe língua e discurso.

Da mesma forma, o texto de Walter Benjamin pode passar a ideia de que além da literalidade (ou a relação com o estranho), a transparência seja uma qualidade do tradutor, o que é desmentido por seu comentário sobre Hölderlin considerado por ele o tradutor exemplar e para quem o “literalismo” tem pouco a ver com a tradução palavra por palavra.

Em todo caso, para Meschonnic o descentramento da tradução trata-se de uma homologia entre a escrita e a tradução. O sujeito da tradução não é transparente e deve assumir seu papel de escritor: “Quanto mais o tradutor se inscreve como sujeito na tradução,

mais, paradoxalmente, traduzir é uma forma de perpetuar o texto” (Meschonnic 27).

Na verdade, o que é visado por Meschonnic é a “grande” tradução que não se consegue facilmente e as condições para chegar a ela são o respeito do ritmo, da oralidade, do aspecto discursivo do texto original, enfim, o respeito do sujeito da fala, “a subjetivação generalizada da linguagem que na verdade é a invenção de um sujeito” (Meschonnic 50). A tradução literária, por ter características próprias a um processo criativo, decorre portanto da poética (onde forma e sentido são inseparáveis) e não da hermenêutica, em suma de uma teoria e prática do singular e não da prática de uma abordagem filosófica.

4. Depois de Babel

Até aqui a afirmação de Paul de Mann no que se refere à impossibilidade de conciliação entre hermenêutica e poética parece se confirmar. Então, se examinarmos de perto a famosa obra de George Steiner, *Depois de Babel*, que é onde está a origem de nossa problemática, os capítulos 1 e 5 em particular, percebemos que a questão está longe de ser tão clara.

O fenômeno da tradução é antes de tudo (capítulo 1), sem dúvida, ligado ao fenômeno da compreensão. Essa equação, de uma forma teórica e geral, não saberíamos discutir. O conhecimento, a experiência, o sonho, etc. podem ser todos integrados à tradução e *compreender*, Steiner é formal, advém da interpretação: os exemplos dados pelo autor necessitam, evidentemente, de uma análise interpretativa (da época, dos hábitos, do autor) para que o texto de Shakespeare, por exemplo, seja corretamente traduzido no século XXI.

No capítulo 5 Steiner analisa profundamente o que chama de o “percurso hermenêutico” do tradutor que se desdobra em quatro etapas: a confiança (ou o momento em que ele “entende” o texto), a agressão (ou a resistência), o impulso (“quando ele se apropria do texto original transformando-o em algo conhecido”) e a “volta

do pistão”, que corresponde à fase final da tradução, em outros termos, quando original e a tradução se encontram em equilíbrio.

Visto isso, depreende-se, o tradutor que é um exegeta, só será *fiel* a seu texto quando tiver feito todo seu possível para “reestabelecer o equilíbrio das forças, a densidade das presenças que sua compreensão-anexação rompeu” (Steiner 283). Mais à frente, ele afirma “no nível formal e sobre o plano moral, as colunas devem se ajustar” (Steiner 284).

Ele examina os casos extremos: Hölderlin e sua tradução “literal”, a que pretende “manter-se no interior do texto fonte” e que é longe de ser uma tradução simplista, pelo contrário: “[As traduções de Hölderlin] são o exemplo mais violento e mais intencionalmente guiado por aprofundamento e anexação hermenêuticas que se conhece” (Steiner 299). Mais adiante, “Hölderlin vai mais longe que qualquer filólogo, qualquer gramático, qualquer outro tradutor em sua busca obsessiva das raízes universais *da poética e da linguagem*” (Steiner 302, grifo nosso).

O outro caso “extremo”, e oposto, examinado por Steiner é o de Ezra Pound, que traduz textos distantes no tempo, no espaço e em uma língua que ele não conhece, o chinês. Ezra Pound, tradutor de *Cathay* (1915) recebe toda a admiração do crítico que tenta explicar os recursos de sua tradução: “Sua genialidade vem em grande parte da mímese e da metáfora deliberadas” (Steiner 331). Ele (Ezra Pound) cita *Wai-lim Yip*: mesmo quando lhe são dados somente os detalhes mais elementares, ele sabe penetrar no íntimo da consciência do autor graças ao que poderia ser uma espécie de clarividência (Steiner 335). Na verdade, Pound reinventa a China e é dotado de uma capacidade de adentramento no texto que vale um estudo de especialista.

Para terminar, Steiner analisa demoradamente fragmentos de textos de *Antônio e Cleópatra* de Shakespeare traduzidos em francês e de *Madame Bovary* traduzidos em inglês por tradutores que, por isso e, segundo ele, são bem próximos dos originais no tempo e no espaço.

A tradução shakespereana de Gide aparece aqui desconstruída,

por um lado por causa de uma certa “miopia” do tradutor mas também, por outro lado, por causa da “dessubstanciação ou transtanciação” que caracterizam enquanto “traço marcante” o aspecto da língua francesa quando “ela se pretende elevada, pública, correta” (Steiner 342). Na verdade, a língua francesa é uma língua de certa forma “desencarnada”.

Segue uma análise quase exaustiva dos procedimentos de Flaubert referentes às articulações gramaticais, a presença do indefinido “on” assim como as elisões que fazem com que o texto vá de um ponto de vista a outro. Flaubert “faz desviar o equilíbrio” (Steiner 344) em frases como: “Sua condição de pássaro é agora sempre silenciosa”... (Steiner 348)

Steiner examina também as figuras, os paralelismos, a prosódia, até mesmo a fonologia da passagem (“a orquestração fonética”, “o encantamento das vogais”), em uma abordagem no fim das contas *poética* (Steiner 343-45).

Com essa abordagem, o crítico vem dizer que “quando a língua é explorada a fundo, o significado é um conteúdo que vai além da paráfrase”, ou seja a simples compreensão do texto, que diante dele só pode avançar por “incursão”. *Understand* toma aqui toda sua significação, remetendo à “significação da significação” (Steiner 347). O texto de Flaubert, pelas múltiplas interpretações que ele suscita, que devem ser tanto escutadas quanto lidas, remete aos termos de Heidegger (*die Sprache spricht*).

Nessa etapa de corpo a corpo do tradutor com o original, acontece de o tradutor se sentir estrangeiro tanto face ao texto original quanto face a sua tradução. Dois princípios se opõem sendo eles “a compreensão da aresta de resistência, o esforço para determinar com precisão e fazer passar intacta a alteridade do original” e “a afinidade eletiva” que corresponde a uma compreensão e uma aclimatação imediatas” (Steiner 362).

Dessa forma, chega-se ao último ponto de seu percurso hermenêutico, “o retorno do pistão”, que, para o tradutor, consiste em encontrar o equilíbrio de uma restituição justa para o original. Sem dúvida, a tradução permite ao original de sobreviver no tempo e

no espaço, mas a equidade ou o equilíbrio entre os dois textos vai além dos fundamentos morais para corresponder a uma “relação de adequação de texto a texto” do qual a “fidelidade” é em suma “de natureza técnica” (Steiner 363).

O exemplo de tradução perfeita realizaria uma sinonímia absoluta. Isso suporia uma interpretação tão minuciosamente completa que daria conta inteiramente do mínimo traço do texto fonte, fosse ele fonético, gramatical, semântico, contextual e ao mesmo tempo tão estreitamente calibrado que ela não acrescentaria nenhuma paráfrase, explicação ou variante. (Steiner 375)

A pergunta que podemos nos fazer então é a seguinte: se aceitamos as análises de George Steiner, qual diferença existe entre a hermênutica e a poética? Dessa forma, já que compreender inclui a análise poética do texto e de suas intenções, a abordagem vai largamente além do campo de uma interpretação dos significados, a menos que entender significações em seu sentido mais amplo, seja, literário e poético.

5. Os limites da interpretação

Em 1990 Umberto Eco também aborda o problema da interpretação e de seus limites. Eco demonstra que desde Aristóteles passando por Kant, a fenomenologia, a hermenêutica, a sociologia, se todas as teorias seguem uma tendência interpretativa essa tendência foi reforçada por causa da aparição da pragmática da leitura (e da recepção) à partir dos anos 60. Suas causas devem ser procuradas no endurecimento dos métodos estruturalistas (defendendo uma análise imanente) ou semânticas.

Na primeira parte de sua obra, Eco recorda a tricotomia presente nas estruturas hermenêuticas: a interpretação como busca da

intentio auctoris, a interpretação como busca da *intentio operis* e interpretação como prescrição da *intentio lectoris* (Eco 29). O debate clássico, diz ele, se propõe a procurar seja o que o autor quiz dizer, seja o que ele realmente disse e nesse caso, deve-se procurar seja uma coerência contextual, seja o que o leitor pensa que o autor disse segundo suas próprias referências.

A estética da recepção, que concede ao leitor um papel funcional no texto literário, partindo do princípio de que a obra se enriquece com as interpretações diversas e que existe uma relação entre o efeito social da obra e o horizonte de expectativas histórico do leitorado, não nega apesar disso o fato de que as interpretações do texto são ligadas a uma intenção profunda do texto. Em suma, para compreender a *intentio lectoris*, é necessário compreender a *intentio operis*, na medida em que o autor ao compor sua obra, constrói ao mesmo tempo o modelo de seu intérprete (o leitor modelo). Ele recorre a Santo Augustinho (*De doctrina christiana*), segundo o qual “uma interpretação de um texto que parece plausível em um dado momento só será aceita se for confirmada – ou ao menos se ela não for posta em questão – por um outro ponto do texto” (Eco 40), o que corresponde, segundo Eco à *intentio operis*.

Finalmente, os limites da interpretação se situam no nível da intenção da obra porque mesmo se, como pensa Paul Valéry, “não existe o verdadeiro sentido de um texto”, a infinidade de interpretações possíveis depende do texto ele mesmo. O que vai de encontro com a afirmação de Steiner ao dizer que a verdadeira ambição do “leitor realizado” é de estabelecer, o máximo possível, o conjunto de intenções que presidem o texto (Steiner 19).

6. Conclusão provisória

Chegando ao fim dessa reflexão, uma conclusão provisória se impõe. A distinção feita por Paul de Man entre hermenêutica e poética, tendo como base a distinção entre “forma” e “conteúdo”, não se sustenta. Ou ainda, ela se mantém na prática tradutória da

maior parte das literaturas visto que nenhum tradutor teria a intenção de não ter compreendido o texto que traduz. Então, do ponto de vista da prática do traduzir, é sempre a posição majoritária que prevalece no seio da comunidade dos tradutores para quem traduzir um texto literário, é *sensum exprimere de sensu*.

A posição de Paul de Man não se sustenta no plano metacrítico e o que se segue das reflexões apresentadas até aqui, é que a hermenêutica contemporânea é uma operação inclusive poética. Compreender a *intentio operis*, como quer Umberto Eco, ou então efetuar uma leitura analítica da obra literária que leva em consideração o contexto (espaço-temporal) de sua produção mas também sua organização interna (em suma uma combinação da análise contextual e de uma análise textual imanente, como o faz George Steiner,⁵ retorna a uma poética do traduzir, uma leitura atenta, penetrante e literária ao mesmo tempo).

Portanto, se compreender um texto literário remete a recriá-lo em língua de chegada em uma relação de isomorfismo com o original, nos vemos diante de uma convergência crítica cuja oposição inicial (Heidegger *versus* Jakobson) não tem mais razão de ser.

Referências

Benjamin, Walter. «La tâche du traducteur», In: *Benjamin, Walter. Mythe et violence*. Tradução de Maurice de Gandillac. Paris: Denoël, 1971.

Berman, Antoine. *L'Épreuve de l'étranger*. Paris: Gallimard, 1984.

⁵ Antoine Berman em sua obra sobre John Donne (1995) não procede a esse tipo de análise, apesar de seu aporte incontestável à nossa problemática.

Berman, Antoine. *Pour une critique des traductions*: John Donne. Paris: Gallimard, 1995.

Ciceron. *Du meilleur genre d'orateurs, traduction d'Henri Bornecque*. Paris: Les Belles Lettres, 1921.

De Man, Paul. *Autour de la tâche du traducteur*. TH: TY, 2003.

Eco, Umberto. *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset, 1999.

Larbaud, Valéry. *Sous l'invocation de Saint Jérôme*. Paris: Gallimard, 1946.

Meschonnic, Henri. *Poétique du traduire*. Lagrasse: Verdier, 1999.

Oseki-Depre, Inês. *De Walter Benjamin à nos jours*. Paris: Honoré Champion, 2006.

Steiner, George. *Après Babel*. Paris: Albin Michel, 1978.

Recebido em: 26/05/2019

Aceito em: 30/06/2019

Publicado em: Setembro de 2019

Adriana Almeida Colares. E-mail: acolaresadriana@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7544-1052>